

# **R Brasil Soluções S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2023 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
R Brasil Soluções S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da R Brasil Soluções S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da R Brasil Soluções S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfases**

#### *Aprovação do plano de reestruturação*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve a aprovação do plano de reestruturação financeira entre a Atento S.A. (antiga controladora final da Sociedade) e determinados credores, sancionado em 17 de novembro de 2023 conforme as leis vigentes no Reino Unido. O plano de reestruturação financeira entrou em vigor em 27 de novembro de 2023, após o cumprimento de determinadas condições de fechamentos. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

#### *Saldos e transações com partes relacionadas*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Sociedade realiza transações e possui saldos patrimoniais com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about).

A Deloitte fornece serviços de auditoria e assecuração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de janeiro de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Alexandre Cassini Decourt

Contador

CRC nº 1 SP 276957/O-4

R BRASIL SOLUÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(Em milhares de reais - R\$)

| ATIVO                                  | Nota | 31/12/2023           | 31/12/2022           | PASSIVO   | Nota | 31/12/2023           | 31/12/2022           |
|--|------|----------------------|----------------------|---|------|----------------------|----------------------|
| <b>Circulante</b>                      |      |                      |                      | <b>Passivo circulante</b>   |      |                      |                      |
| Caixa e equivalentes de caixa          | 4    | 1.634                | 2.517                | Passivo de arrendamento   | 9    | 2.150                | 1.845                |
| Contas a receber de serviços, líquidas | 5    | 7.847                | 4.985                | Fornecedores  |      | 2.125                | 2.100                |
| Impostos a recuperar                   | 6    | 3.044                | 1.719                | Impostos, taxas e contribuições                                     | 10   | 535                  | 1.356                |
| Adiantamento a funcionários            |      | 773                  | 733                  | Parcelamento de impostos  | 11   | 1.169                | 1.169                |
| Transações com partes relacionadas     | 13.a | 1.598                | 3.866                | Pessoal, encargos e benefícios sociais                              | 12   | 3.599                | 2.988                |
| Outros créditos                        |      | 193                  | 5                    | Transações com partes relacionadas                                  | 13.b | 14.622               | 10.402               |
| Total do ativo circulante              |      | <u>15.089</u>        | <u>13.825</u>        | Outras obrigações   |      | <u>33</u>            | <u>33</u>            |
|  |      |                      |                      | Total do passivo circulante   |      | <u>24.233</u>        | <u>19.893</u>        |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                  |      |                      |                      | <b>NÃO CIRCULANTE</b>   |      |                      |                      |
| Contas a receber de serviços, líquidas | 5    | 2.825                | 3.949                | Passivo de arrendamento   | 9    | 8.221                | 10.371               |
| Impostos a recuperar                   | 6    | 242                  | 3.361                | Parcelamento de Impostos  | 11   | 3.313                | 4.483                |
| Depósitos judiciais                    |      | 167                  | 149                  | Tributos diferidos  | 20   | 105                  | 105                  |
| Outros créditos                        |      | 28                   | 80                   | Provisão para demandas judiciais                                    | 14   | 116                  | 49                   |
| Imobilizado, líquido                   | 7    | -                    | 139                  | Transações com partes relacionadas                                  | 13.b | <u>32.452</u>        | <u>28.282</u>        |
| Intangível, líquido                    | 8    | -                    | 1.726                | Total do passivo não circulante                                     |      | <u>44.207</u>        | <u>43.290</u>        |
| Ativo de direito de uso                | 9    | 830                  | 11.633               |   |      |                      |                      |
| Total do ativo não circulante          |      | <u>4.092</u>         | <u>21.037</u>        | Patrimônio líquido (passivo a descoberto)                           |      |                      |                      |
|  |      |                      |                      | Capital social  |      | 51.121               | 51.121               |
|  |      |                      |                      | Prejuízos acumulados  |      | <u>(100.380)</u>     | <u>(79.442)</u>      |
|  |      |                      |                      | Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)                  |      | <u>(49.259)</u>      | <u>(28.321)</u>      |
|  |      |                      |                      |   |      |                      |                      |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                  |      | <u><u>19.181</u></u> | <u><u>34.862</u></u> | <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Passivo a Descoberto)</b> |      | <u><u>19.181</u></u> | <u><u>34.862</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

R BRASIL SOLUÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

|  | Nota | 31/12/2023      | 31/12/2022      |
|--|------|-----------------|-----------------|
| Receita operacional líquida                                    | 16   | 31.436          | 21.502          |
| Custo dos serviços prestados                                   | 17   | <u>(34.614)</u> | <u>(36.799)</u> |
| Prejuízo bruto   |      | (3.178)         | (15.297)        |
| Receitas (despesas) operacionais                               |      |                 |                 |
| Gerais e administrativas                                       | 17a  | (1.767)         | (3.056)         |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas               | 18   | <u>(9.842)</u>  | <u>(9.158)</u>  |
| Prejuízo operacional antes das receitas e despesas financeiras |      | (14.787)        | (27.511)        |
| Receitas financeiras   | 19   | 429             | 1.217           |
| Despesas financeiras   | 19   | <u>(6.580)</u>  | <u>(6.271)</u>  |
| Prejuízo antes dos impostos                                    |      | <u>(20.938)</u> | <u>(32.565)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:          |      |                 |                 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente                | 20   | -               | -               |
| Imposto de renda e contribuição social diferido                | 20   | <u>-</u>        | <u>947</u>      |
|  |      | -               | 947             |
| Prejuízo líquido do exercício                                  |      | <u>(20.938)</u> | <u>(31.618)</u> |
| Prejuízo por ação em Reais                                     |      | <u>(0,41)</u>   | <u>(0,62)</u>   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

R BRASIL SOLUÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

---

|  | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Prejuízo do exercício                      | (20.938)          | (31.618)          |
| Outros resultados abrangentes              | -                 | -                 |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>(20.938)</u>   | <u>(31.618)</u>   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

R BRASIL SOLUÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO  
LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(Em milhares de reais)

---

|                               | <u>Nota<br/>Explicativa</u> | <u>Capital Social</u> | <u>Prejuízos<br/>acumulados</u> | <u>Total do<br/>patrimônio<br/>líquido</u> |
|-------------------------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------------------|--|
| Saldos em 31 dezembro de 2021 |                             | 38.319                | (47.824)                        | (9.505)                                    |
| Prejuízo do exercício         |                             | -                     | (31.618)                        | (31.618)                                   |
| Integralização de capital     | 15a                         | 12.802                | -                               | 12.802                                     |
| Saldos em 31 dezembro de 2022 |                             | <u>51.121</u>         | <u>(79.442)</u>                 | <u>(28.321)</u>                            |
| Prejuízo do exercício         |                             | -                     | (20.938)                        | (20.938)                                   |
| Saldos em 31 dezembro de 2023 |                             | <u>51.121</u>         | <u>(100.380)</u>                | <u>(49.259)</u>                            |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

R BRASIL SOLUÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022  
(Em milhares de reais - R\$)

|  | Nota<br>Explicativa | 2023     | 2022     |
|--|---------------------|----------|----------|
| Prejuízo do exercício  |                     | (20.938) | (31.618) |
| Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa: |                     |          |          |
| Depreciação e amortização                                      | 7, 8 e 9            | 3.203    | 3.723    |
| Juros sobre mútuo  | 19                  | 4.168    | 3.781    |
| Juros sobre arrendamento                                       | 9                   | 1.713    | 2.040    |
| Tributos diferidos e correntes sobre o resultado               | 20                  | -        | (947)    |
| Valor residual do imobilizado e intangível baixado             |                     | -        | 468      |
| Provisão para demandas judiciais e atualização monetária       | 14                  | 562      | 292      |
| Provisão para perda de crédito esperada                        | 5                   | -        | 56       |
| Reversão de perdas de outros créditos a receber                | 5                   | -        | (86)     |
| Variação cambial   | 19                  | (200)    | (161)    |
| Perda ao valor recuperável de ativos                           | 7, 8 e 9            | 9.500    | -        |
| Redução (aumento) de ativos operacionais:                      |                     |          |          |
| Contas a receber de serviços, líquidos                         |                     | (1.738)  | 15.063   |
| Adiantamento a funcionários                                    |                     | (40)     | 71       |
| Impostos a recuperar   |                     | 1.794    | 475      |
| Outros ativos  |                     | (136)    | (48)     |
| Depósitos judiciais  |                     | (18)     | 397      |
| Contas a receber com partes relacionadas                       |                     | 2.268    | (3.772)  |
| Aumento (redução) dos passivos operacionais:                   |                     |          |          |
| Pessoal, encargos e benefícios sociais                         |                     | 611      | (919)    |
| Fornecedores   |                     | 25       | (4.427)  |
| Impostos, taxas e contribuições                                |                     | (821)    | (1.426)  |
| Parcelamentos de impostos                                      |                     | (1.170)  | (2.010)  |
| Outros passivos  |                     | 4.422    | 2.260    |
| Liquidação de processos e demandas judiciais                   | 14                  | (495)    | (376)    |
| Caixa proveniente das operações                                |                     | 2.710    | (17.165) |
| Juros incorridos e pagos                                       |                     | (1.713)  | (671)    |
| Caixa utilizado pelas atividades operacionais                  |                     | 997      | (17.836) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO                  |                     |          |          |
| Acréscimo no imobilizado e intangível                          | 7 e 8               | (35)     | (989)    |
| Caixa utilizado nas atividades de investimento                 |                     | (35)     | (989)    |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO                 |                     |          |          |
| Pagamento de arrendamento mercantil (direito de uso)           | 9                   | (1.845)  | (4.420)  |
| Mútuos com partes relacionadas (obtidos)                       |                     | -        | 18.643   |
| Aumento de Capital   |                     | -        | 3.802    |
| Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento       |                     | (1.845)  | 18.025   |
| REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA                       |                     | (883)    | (800)    |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício           |                     | 2.517    | 3.317    |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício              |                     | 1.634    | 2.517    |
| REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA                       |                     | (883)    | (800)    |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A R Brasil Soluções S.A. (“Companhia”), foi constituída em 29 de janeiro de 2004, com o objetivo de prestação de serviços de cobrança extrajudicial e teleatendimento para terceiros.

A controladora direta da Companhia é a entidade Atento Brasil S.A., que detém 100% de participação. e indiretamente pela Atento Luxco 1, sendo a Atento Luxco 1 pertencente majoritariamente aos fundos de investimento KL Special Opportunities Master Fund Ltd (Kite Lake), Aquiline Credit Opportunities L.P., Amundi UK and US, Intrepid , CPPIB Credit Investments Inc. and CPPIB Credit Investments II Inc.

A Companhia está domiciliada na cidade de São Paulo, na Rua Domingos Marchetti, nº 77, Bloco B, Térreo, Jardim Pereira Leite - São Paulo/SP.

### Plano de Reestruturação Atento Brasil

Em 30 de junho de 2023, a Atento S.A., antiga controladora indireta da Companhia, celebrou um acordo vinculativo de apoio à reestruturação (“RSA”) com importantes instituições financeiras e partes interessadas que marcou o início de um processo de reestruturação financeira do grupo, conforme segue:

- Em 15 de fevereiro de 2023, a Atento S.A. celebrou acordos de financiamento com certos investidores já existentes, no qual resultou em um financiamento adicional de aproximadamente US\$39,6 milhões por meio de notas seniores garantidas com vencimento em 2025 emitidas pela Atento Luxco 1 S.A.
- Em 6 de junho de 2023, a Atento S.A. anunciou a negociação das suas dívidas de swap provenientes de “hedge” cambial (em conexão com as notas seniores garantidas de US\$500 milhões (notes 2026) com vencimento em 2026 para valores de swap pagáveis em dólares). O montante da dívida fez parte do Plano de Reestruturação descrito abaixo, no qual não originou qualquer desembolso de caixa.
- Em 30 de junho de 2023, novos financiamentos foram fornecidos para a Atento S.A. por alguns investidores existentes. A primeira parcela no valor de US\$17 milhões foi sacada em 30 de junho de 2023; a segunda parcela no valor de US\$17 milhões foi sacada em 31 de julho de 2023; a terceira parcela no valor de US\$3 milhões foi sacada em 31 de agosto de 2023. Cada parcela com prazo de vencimento de 2 anos e juros pagos a cada três meses.
- Em 9 de agosto de 2023, a Atento S.A. constituiu uma nova subsidiária integral no Reino Unido (Atento UK) e em 17 de dezembro de 2023, criando vínculo da respectiva empresa junto aos Notes 2026 e outras dívidas no âmbito do plano de reestruturação financeira como fiador. Atento UK estabeleceu ligação suficiente com Inglaterra para efeitos do Plano de Reestruturação conforme leis vigentes do Reino Unido.

- Em 17 de novembro de 2023, o plano de reestruturação da Atento S.A. foi sancionado. O plano de reestruturação teve a sua data de entrada em vigor em 27 de novembro de 2023, após o cumprimento de determinadas condições de fechamento. A seguir estão as alterações ocorridas no grupo a partir da data de vigência:
  - O recebimento de US\$76 milhões em novos investimentos adicionais em dinheiro no surgimento da Reestruturação proposta para a empresa reorganizada por meio da emissão de ações preferenciais:
    - US\$30 milhões (“parcela A1”) do “exit financing” foram fornecidos por meio de subscrição de US\$30 milhões de ações preferenciais da Empresa Reorganizada (reorganização da Atento Luxco 1 S.A. mediante consumação da reestruturação). Além disso, os fornecedores da Tranche A1 do “exit financing” receberam ações ordinárias representando no total 18% das ações totalmente diluídas da Empresa Reorganizada na data da Reestruturação.
    - Foram fornecidos US\$28 milhões (“parcela A2” e juntamente com a tranche A1, “parcela A”) do “exit financing” por meio de subscrição de US\$28 milhões em ações preferenciais da Empresa Reorganizada. Além disso credores da Tranche A2 receberam ações ordinárias representando no total 70,45% do capital totalmente diluído ações ordinárias da Empresa Reorganizada na data de vigência da reestruturação. A parcela A, também recebeu 4% do capital social ordinário totalmente diluído da empresa reorganizada em troca das taxas de apoio ao plano fornecidas.
    - US\$15 milhões (“Tranche B”) do “Exit Financing” foram fornecidos por meio de subscrição de ações preferenciais da Empresa Reorganizada e US\$3 milhões foram usados para fazer contribuição ao capital acionário sem emissão de novas ações da Empresa Reorganizada. Além disso, os credores da tranche B do “exit financing” receberam ações ordinárias representando o total 5% das ações ordinárias totalmente diluídas do capital da Empresa Reorganizada na data da reestruturação.

Como resultado da reorganização da Luxco 1 S.A. (após a efetivação da reestruturação, a “empresa reorganizada”) a Atalaya Luxco Midco Sarl (“Midco”), holding da Luxco 1, permaneceu com 5% das ações ordinárias da empresa reorganizada. Em paralelo, foi eliminada a participação acionária existente da Atento S.A. (antiga controladora indireta da Companhia) na Midco e por fim, a Atento Luxco 1 S.A. (“Emissora”) passou a ser a controladora do grupo Atento mantendo a estrutura das subsidiárias do grupo sem alterações.

A reestruturação resultou em aproximadamente US\$113 milhões em novo capital e financiamento para Luxco 1 (empresa reorganizado após a consumação da Reestruturação) e uma redução de US\$665 milhões da dívida da respectiva empresa. As demais dívidas do Grupo com terceiros (US\$194 milhões pendentes em dezembro de 2022) não faziam parte do plano de reestruturação.

#### Avaliação continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta prejuízos acumulados dos últimos anos, em 2023 no montante de R\$20.938 (R\$31.618 em 31 de dezembro de 2022), assim como capital circulante negativo em 2023 no montante de R\$9.144 (R\$6.068 em 31 de dezembro de 2022), e o passivo a descoberto no montante de R\$49.259 (R\$28.321 em 31 de dezembro de 2022).

Caso ocorra necessidade, a Companhia possui condições de realizar captação de mútuos financeiros com entidades do grupo, ou receber recursos via integralização de capital de sua entidade controladora direta (Atento Brasil S.A.), ou das entidades controladoras indiretas.

Portanto, a Companhia presta serviços específicos a clientes chaves, assegurando sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. Ademais, relativo ao mútuo entre R Brasil e Atento Brasil, a operação está em processo de formalização de aditamento, mantendo as condições de operação original, com taxa de juros equivalentes a 100% da CDI, e com prazo de prorrogação do vencimento previsto para 2027.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária prevista na Lei nº 6.404/76 com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis importantes. Também há exigência que a Administração exerça julgamento durante todo o processo de aplicação das políticas contábeis.

A nota explicativa nº 3 divulga as áreas que requerem um grau de julgamento ou complexidade mais significativos e as áreas em que as premissas e estimativas são mais relevantes para as demonstrações financeiras. Além disso, a nota explicativa nº 3 contém uma descrição detalhada das políticas contábeis mais significativas utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

### Autorização das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas através da carta de representação, assinada pelos representantes da administração em 6 de janeiro de 2025.

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis, aplicadas consistentemente com os exercícios anteriores são como segue:

### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou cujo prazo de resgate seja inferior a 90 dias das datas das contratações. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

### 3.2. Contas a receber de serviços, liquidas

Estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, ajustadas pelo montante de perda de crédito esperada. Estão inclusos os serviços já faturados e os ainda não faturados na data do balanço. A provisão para perdas esperadas do contas a receber é constituída em montante estimado suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

### 3.3. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo sem que haja caracterização da liquidação do passivo, permitindo que a Companhia continue questionando as ações. Nestas situações, embora os depósitos ainda sejam ativos da Companhia, estes são ajustados de acordo com sua natureza pela TR (Taxa Referencial), JAM (Juros e Atualização Monetária) e SELIC, os valores somente são liberados mediante determinação judicial ou o recebimento de uma decisão judicial final favorável à Companhia.

### 3.4. Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação.

Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens que se baseia em estudos técnicos, os quais são revisados periodicamente.

|  | <u>Vida útil - Anos</u>       |
|--|-------------------------------|
| Instalações                                | 10 anos                       |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros       | 10 anos ou conforme contratos |
| Futuros gastos com desmantelamento         | 10 anos ou conforme contratos |
| Móveis e utensílios                        | 10 anos                       |
| Máquinas e equipamentos                    | 10 anos                       |
| Computadores e equipamentos de informática | 3 a 10 anos                   |
| Geradores e nobreaks                       | 2 a 30 anos                   |

### 3.5. Intangível

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido da amortização acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. Os ativos intangíveis incluem os direitos de uso de software adquiridos de terceiros, assim como os softwares desenvolvidos internamente. Estes ativos são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimada e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

|                           | <u>Vida útil - Anos</u>           |
|---------------------------|-----------------------------------|
| Software                  | 5 anos ou conforme contratos      |
| Outros ativos intangíveis | 5 a 10 anos ou conforme contratos |

### 3.6. Tributos

#### Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado.

Imposto de renda e contribuição social corrente relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos também nesse grupo. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de encerramento do exercício entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, houver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária:

- (i) Na mesma entidade tributável; ou
- (ii) Nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

### 3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

- (a) Provisão para demandas judiciais: a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e que uma estimativa razoável possa ser feita.

No tópico de estimativas contábeis descrevemos mais detalhes sobre as premissas consideradas para as provisões.

### 3.8. Receita de contratos com clientes

A Companhia gera receitas sob contratos com clientes para a prestação de serviços de cobrança, representando seus clientes nos processos de negociações, oferecendo alternativas para os consumidores regularizarem suas pendências financeiras, portanto, a receita gerada consiste em um percentual de comissão sobre cada acordo formalizado.

Os acordos geralmente são negociados para serem pagos em parcelas superiores a 12 meses, e o pagamento da comissão por parte dos clientes para a Companhia também está condicionado aos fluxos de pagamento dos acordos formalizados, deste modo, a Companhia reconhece sua receita, conforme % de comissão sobre acordos firmados (obrigação de desempenho exercida), reduzida do percentual de quebra de acordos esperada, definido com base nas informações históricas. Com relação ao contas a receber, os saldos são registrados entre curto e longo prazo (conforme prazo de cada acordo firmado), sendo que a parcela de longo prazo é reconhecida a valor presente. A receita de serviços é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação, considerando que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios à medida que a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, e por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca daqueles serviços.

Os contratos de clientes firmados pela Companhia contêm uma série de serviços distintos que são prestados ao longo de um período, mas substancialmente não possuem distinção e possuem o mesmo padrão de transferência para o cliente, de modo que a Companhia os considera como uma única obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita pelo regime de competência durante o período em que os serviços são prestados, e para os serviços prestados e ainda não faturados a Companhia reconhece a receita não faturada e o respectivo contas a receber com base nos preços acordados contratualmente.

Os contratos firmados pela Companhia possuem indicadores fixos e variáveis utilizados para determinar o valor da contraprestação à qual a Companhia possui direito.

(i) Indicadores fixos

Determinasse como indicadores fixos os percentuais de comissão firmados em contrato, e que são aplicados na precificação do serviço prestado com base em cada acordo firmado.

(ii) Indicadores variáveis

Determinasse como indicadores variáveis, percentuais de comissão que são definidos de forma mensal pelos clientes, com base na posição do ranking de acordos fechados do mês anterior que a Companhia ficou alocada, ao comparar o resultado dos acordos firmados com as demais Companhias de cobrança do mercado.

Outro indicador variável aplicado de forma mensal, é o percentual de “quebra de contrato” estimado com base em avaliação histórica, pois, uma vez que o acordo firmado é quebrado pelo inadimplente, ou seja, os pagamentos das parcelas deixam de ocorrer, o acordo é considerado interrompido, e a expectativa de receita gerada com base nas parcelas futuras daquele acordo são estornadas. Com base nisso, durante o processamento de receita, a Companhia aplica percentual histórico de quebra de acordos, de forma a registrar na receita apenas os valores que possuem de fato expectativa de recebimento.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (“ISS”) às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”).

Adicionalmente, a Companhia é beneficiária da lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que posteriormente foi alterada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 que prevê o pagamento da parcela patronal da Contribuição Social (INSS) sobre a receita operacional bruta. A alíquota aplicada é de 3% a partir de dezembro de 2015 em função da Lei nº 13.161 de 31 de agosto de 2015.

### 3.9. Receitas (despesas) financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem juros, variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como ajuste ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários. São reconhecidos pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

### 3.10. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

#### Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

#### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa taxa de empréstimo incremental na data de início do arrendamento porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é prontamente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

### Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

#### 3.11. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza com base nos CPC's 39, 40 (R1) e 48 (Instrumentos Financeiros), as seguintes categorias para classificação e valoração de seus ativos e passivos financeiros:

| <u>Ativos Financeiros</u>                          | <u>Método de Variação</u> |
|--|---------------------------|
| Ativos financeiros não mensurados ao valor justo   | Custo amortizado          |
| <u>Passivos Financeiros</u>                        | <u>Método de Variação</u> |
| Passivos financeiros não mensurados ao valor justo | Custo amortizado          |

Os ativos e passivos financeiros existentes no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão apresentados nas categorias acima nas notas explicativas.

##### i) Ativos financeiros

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros podem ser classificados no reconhecimento inicial como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme apropriado.

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixas contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

O modelo de negócio da Companhia para administrar ativos financeiros se refere ao modo como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixas contratuais e com o objetivo de venda. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. Esta avaliação é executada em nível de instrumento pela Companhia.

### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

#### *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida)*

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

#### *Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)*

Para os instrumentos financeiros de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida).

#### *Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)*

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não foram mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimonial designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais).

#### *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem retive substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade.

Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo, e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

#### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada).

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabelece uma matriz de provisões que se baseia na sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros podem ser classificados no reconhecimento inicial como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, mútuos financeiros a pagar e contas a pagar com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

*Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de “hedge” nas relações de “hedge” definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de “hedge” eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Na data-base de 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não designa nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

#### *Passivos financeiros ao custo amortizado*

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

#### *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

### 3.12. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas, adotando premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

#### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

#### Perdas estimadas para perda de crédito esperada no contas a receber

A Companhia utiliza uma política de perdas estimadas para calcular a perda de crédito esperada no contas a receber baseada em dias de atraso de clientes.

A provisão é baseada no “aging” do contas a receber de cada cliente de acordo com os diferentes tipos de serviços e unidades de negócios, levando-se em consideração o histórico do cliente, as condições econômicas do setor em que atuam e que podem levar a um aumento na inadimplência, além de acordos ou negociações específicas.

Em todas as datas de fechamento, as bases são atualizadas e os riscos de cada operação são analisados. A experiência histórica de perdas créditos esperada da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

#### Impostos ICPC 22

A Companhia revisou o tratamento fiscal nos termos do ICPC 22 até a data do balanço, e não identificou impactos materiais nas demonstrações contábeis.

Adicionalmente, a Companhia implementou processo para revisar periodicamente os tratamentos de imposto de renda consistentes com os requisitos do ICPC 22.

#### Imposto diferido

A Companhia avalia a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos com base em estimativas de ganhos futuros. A capacidade de recuperar esses valores diferidos depende, em última análise, da capacidade da Companhia de gerar lucros tributáveis durante o período em que os ativos fiscais diferidos permanecem dedutíveis. Esta análise baseia-se no tempo estimado de reversão dos passivos fiscais diferidos, bem como nas estimativas de lucros tributáveis, que são provenientes de projeções internas.

A classificação adequada dos ativos e passivos fiscais depende de uma série de fatores, incluindo estimativas quanto ao momento e realização dos ativos fiscais diferidos e o cronograma de pagamento de impostos projetado. Os recebimentos e pagamentos reais de imposto de renda podem diferir das estimativas feitas pela Companhia como resultado de mudanças na legislação tributária ou transações imprevistas que possam afetar os saldos tributários (vide nota explicativa nº 21).

#### Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### Ativo imobilizado e intangível - Vida útil

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do período. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado da mesma. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

### 3.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### 3.14. Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, as despesas e os custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras na demonstração do resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

### 3.15. Participação dos empregados nos resultados

A Companhia possui obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados. Estas obrigações são provisionadas para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados no resultado ao longo do exercício a que se referem. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de custo dos serviços prestados, despesas com comercialização de serviços e despesas gerais e administrativas.

### 3.16. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante.

### 3.17. Saldos e transações em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira foram convertidas com base na taxa de câmbio da data de transação e os ativos e passivos considerados como monetários foram atualizados pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações cambiais decorrentes das atualizações das operações em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado como receita ou despesa financeira.

### 3.18. Pronunciamentos novos ou revisados adotados pelo grupo

Abaixo descrevemos as normas contábeis que sofreram alterações com adoção obrigatória a partir do exercício anual iniciado em 1º de janeiro de 2023:

**Alterações ao pronunciamento técnico CPC 50:** Em maio de 2022, o CPC aprovou o pronunciamento técnico CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o pronunciamento técnico CPC 11 - Contratos de Seguro, uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação.

O pronunciamento técnico CPC 50 passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. Essa norma não se aplica a Companhia.

**Alterações ao CPC 26:** As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia avaliou as alterações e não identificou impactos relacionados a alteração da norma.

**Alterações ao CPC 23:** Esclarece a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. As alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023.

**Alterações ao CPC 32:** Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).

Em abril de 2023, o CPC divulgou alterações ao pronunciamento técnico CPC 32, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. No decorrer de 2023 a Companhia não apresentou impactos relevantes a essas alterações.

### 3.19. Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes

Algumas novas normas contábeis, alterações nas normas contábeis e interpretações foram publicadas, porém não são obrigatórias para os períodos de relatório de 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. Não se espera que essas normas, alterações ou interpretações tenham impacto material sobre a entidade nos períodos de relatório atuais ou futuros e em transações futuras previsíveis.

- Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante - Alterações ao CPC 26.
- Alteração na divulgação - Acordos de Financiamento de Fornecedores - CPC 03.
- Passivo de arrendamento em transação de "Sale and Leaseback" - Alterações CPC 06.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

|                          | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa e contas bancárias | 119               | 416               |
| Aplicações financeiras   | <u>1.515</u>      | <u>2.101</u>      |
| Total                    | <u>1.634</u>      | <u>2.517</u>      |

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e operações compromissadas, e são remuneradas com base no Certificado de Depósito Interbancário (em 80% da "CDI"), com prazos de vencimento variáveis, porém, resgatáveis a qualquer momento, para utilização em capital de giro, portanto, são classificadas como ativo financeiro mensurados ao custo amortizado.

## 5. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS, LÍQUIDAS

|   | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Valores faturados                             | 1.202             | 401               |
| Valores a faturar                             | <u>9.470</u>      | <u>8.533</u>      |
| Contas a receber bruto                        | 10.672            | 8.934             |
| Perda estimada para perda de crédito esperada | -                 | -                 |
| Total líquido do contas a receber de serviços | <u>10.672</u>     | <u>8.934</u>      |
| <br>  |                   |                   |
| Circulante                                    | 7.847             | 4.985             |
| Não circulante                                | 2.825             | 3.949             |
| <br>  |                   |                   |
| <u>Aging do contas a receber</u>              | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
| A vencer                                      | 10.672            | 8.934             |
| Vencidos                                      | -                 | -                 |
| Total   | <u>10.672</u>     | <u>8.934</u>      |

Movimentação da provisão para perda de crédito esperada:

| Perda de crédito esperada | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------|------------|------------|
| Saldo inicial             | -          | (30)       |
| Entradas                  | -          | (56)       |
| Reversões                 | -          | 86         |
| Saldo final               | -          | -          |

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

|   | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|------------|------------|
| ISS   | 55         | 30         |
| PIS e COFINS  | -          | 955        |
| INSS  | 341        | 324        |
| IRRF sobre aplicações financeiras                     | 15         | 72         |
| Antecipação de imposto de renda e contribuição social | -          | 538        |
| Outros tributos a recuperar (a)                       | 2.875      | 3.161      |
| Total   | 3.286      | 5.080      |
| Circulante  | 3.044      | 1.719      |
| Não circulante  | 242        | 3.361      |

(a) Créditos relativos a saldo negativo de imposto de renda e contribuição social a recuperar via pedido de compensação ("perdcomp").

## 7. IMOBILIZADO

|  | Taxa anual<br>Depreciação % | Saldos em<br>31/12/2021 | Adições     | Baixas   | Transferências | Saldos em<br>31/12/2022 | Adições     | Baixas       | Transferências | Impairment (a) | Saldos em<br>31/12/2023 |
|--|-----------------------------|-------------------------|-------------|----------|----------------|-------------------------|-------------|--------------|----------------|----------------|-------------------------|
| Custo                                      |                             |                         |             |          |                |                         |             |              |                |                |                         |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros       |                             | 857                     | -           | -        | -              | 857                     | -           | (890)        | 69             | (36)           | -                       |
| Móveis e utensílios                        |                             | 207                     | -           | 18       | (1)            | 224                     | -           | -            | (26)           | (198)          | -                       |
| Máquinas e equipamentos                    |                             | 411                     | -           | -        | (354)          | 57                      | -           | -            | 1              | (58)           | -                       |
| Computadores e equipamentos de informática |                             | 11                      | -           | -        | 355            | 366                     | -           | -            | (9)            | (357)          | -                       |
| Imobilizado em andamento                   |                             | -                       | 18          | (18)     | -              | -                       | 35          | -            | (35)           | -              | -                       |
|  |                             | <u>1.486</u>            | <u>18</u>   | <u>-</u> | <u>-</u>       | <u>1.504</u>            | <u>35</u>   | <u>(890)</u> | <u>-</u>       | <u>(649)</u>   | <u>-</u>                |
| Depreciação                                |                             |                         |             |          |                |                         |             |              |                |                |                         |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros       | 10                          | (857)                   | -           | -        | -              | (857)                   | (7)         | 890          | (33)           | 7              | -                       |
| Móveis e utensílios                        | 10                          | (64)                    | (36)        | -        | -              | (100)                   | (26)        | -            | 25             | 101            | -                       |
| Máquinas e equipamentos                    | 10                          | (366)                   | (28)        | -        | 350            | (44)                    | (5)         | -            | (1)            | 50             | -                       |
| Computadores e equipamentos de informática | 10,0 - 33,0                 | (9)                     | (5)         | -        | (350)          | (364)                   | (1)         | -            | 9              | 356            | -                       |
|  |                             | <u>(1.296)</u>          | <u>(69)</u> | <u>-</u> | <u>-</u>       | <u>(1.365)</u>          | <u>(39)</u> | <u>890</u>   | <u>-</u>       | <u>514</u>     | <u>-</u>                |
| Valor residual                             |                             | <u>190</u>              |             |          |                | <u>139</u>              |             |              |                |                | <u>-</u>                |

(a) Vide nota 18.

## 8. INTANGÍVEL

|                                       | Taxa anual<br>Amortização % | Saldos em<br>31/12/2021 | Adições        | Baixas          | Transferências | Saldos em<br>31/12/2022 | Adições      | Impairment (b) | Saldos em<br>31/12/2023 |
|---------------------------------------|-----------------------------|-------------------------|----------------|-----------------|----------------|-------------------------|--------------|----------------|-------------------------|
| Imobilizações em andamento Intangível |                             | -                       | 971            | -               | (971)          | -                       | -            | -              | -                       |
| Sistemas de informática               |                             | 4.593                   | -              | (704)           | 971            | 4.860                   | -            | (4.860)        | -                       |
| Outros ativos Intangíveis (a)         |                             | 16.967                  | -              | (16.963)        | -              | 4                       | -            | (4)            | -                       |
|                                       |                             | <u>21.560</u>           | <u>971</u>     | <u>(17.667)</u> | <u>-</u>       | <u>4.864</u>            | <u>-</u>     | <u>(4.864)</u> | <u>-</u>                |
| Amortização                           |                             |                         |                |                 |                |                         |              |                |                         |
| Sistemas de informática               | 20                          | (2.601)                 | (769)          | 236             | -              | (3.134)                 | (715)        | 3.849          | -                       |
| Outros ativos Intangíveis (a)         | 10 a 20                     | (16.595)                | (372)          | 16.963          | -              | (4)                     | -            | 4              | -                       |
|                                       |                             | <u>(19.196)</u>         | <u>(1.141)</u> | <u>17.199</u>   | <u>-</u>       | <u>(3.138)</u>          | <u>(715)</u> | <u>(3.853)</u> | <u>-</u>                |
| Valor residual                        |                             | <u>2.364</u>            |                |                 |                | <u>1.726</u>            |              |                | <u>-</u>                |

(a) Em 2022 ocorreu a baixa da carteira de Clientes da Localcred.

(b) Vide nota 18.

## 9. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento, na qual configura como arrendatária de site operacional destinado à manutenção de suas atividades.

Os saldos reconhecidos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento são descontados através da taxa média ponderada do custo de capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC") 13,36%, e são compostos da seguinte forma:

|           | Valor contábil líquido |            |
|-----------|------------------------|------------|
|           | 31/12/2023             | 31/12/2022 |
| Edifícios | 830                    | 11.633     |
| Total     | 830                    | 11.633     |

| Ativo                     | 31/12/2022 | Adições | Baixas | Impairment (a) | 31/12/2023 |
|---------------------------|------------|---------|--------|----------------|------------|
| Ativos de direito de uso  | 14.383     | -       | -      | (8.354)        | 6.029      |
| (-) Depreciação acumulada | (2.750)    | (2.449) | -      | -              | (5.199)    |
| Total do Ativo            | 11.633     | (2.449) | -      | (8.354)        | 830        |

(a) Vide nota 18.

| Passivo                              | 31/12/2022 | Adição | Baixas | Pagamento | Juros | Transf. | 31/12/2023 |
|--------------------------------------|------------|--------|--------|-----------|-------|---------|------------|
| Passivo circulante                   | 1.845      | -      | -      | (3.558)   | 1.713 | 2.150   | 2.150      |
| Passivo não circulante               | 10.371     | -      | -      | -         | -     | (2.150) | 8.221      |
| Total de Arrendamento Direito de uso | 12.216     | -      | -      | (3.558)   | 1.713 | -       | 10.371     |

| Ativo                     | 31/12/2021 | Adições | Baixas | Remensuração de Contratos | 31/12/2022 |
|---------------------------|------------|---------|--------|---------------------------|------------|
| Ativos de direito de uso  | 16.605     | -       | -      | (2.222)                   | 14.383     |
| (-) Depreciação acumulada | (237)      | (2.513) | -      | -                         | (2.750)    |
| Total do Ativo            | 16.368     | (2.513) | -      | (2.222)                   | 11.633     |

| Passivo                              | 31/12/2021 | Adição | Baixas | Remensuração de Contratos | Pagamento | Juros | Transf. | 31/12/2022 |
|--------------------------------------|------------|--------|--------|---------------------------|-----------|-------|---------|------------|
| Passivo circulante                   | 2.560      | -      | -      | -                         | (4.420)   | 2.040 | 1.665   | 1.845      |
| Passivo não circulante               | 14.258     | -      | -      | (2.222)                   | -         | -     | (1.665) | 10.371     |
| Total de Arrendamento Direito de uso | 16.818     | -      | -      | (2.222)                   | (4.420)   | 2.040 | -       | 12.216     |

O cronograma de vencimento dos arrendamentos é o seguinte:

|                                    |         |
|------------------------------------|---------|
| 2024                               | 3.558   |
| 2025                               | 3.558   |
| 2026                               | 3.558   |
| 2027                               | 2.965   |
| Juros a apropriar - Circulante     | (1.408) |
| Juros a apropriar - Não circulante | (1.860) |
| Total                              | 10.371  |

## 10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

|                                     | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Pis/Cofins e ISS a pagar            | 174               | 588               |
| Impostos sobre serviços contratados | 245               | 575               |
| INSS sobre faturamento              | <u>116</u>        | <u>193</u>        |
| Total                               | <u>535</u>        | <u>1.356</u>      |

## 11. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

|                     | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| Parcelamento de ISS | <u>4.482</u>      | <u>5.652</u>      |
| Total               | <u>4.482</u>      | <u>5.652</u>      |
| Circulante          | 1.169             | 1.169             |
| Não circulante      | 3.313             | 4.483             |

Em 25 de outubro de 2017, a Companhia optou pelo Programa de Parcelamento Incentivado, conforme Lei nº 16.680, de 04 de julho de 2017, devido a denúncia espontânea de débitos de imposto sobre serviços (ISS), decorrente de ausência de recolhimento. O valor total do parcelamento é de R\$11.695, sendo R\$9.196 de principal e R\$2.499 de multa e juros que estão sendo amortizados mensalmente e atualizados monetariamente pelo índice da SELIC no decorrer de 120 meses.

## 12. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

|                                      | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Obrigações com pessoal e encargos    | 1.941             | 1.536             |
| Salários                             | 796               | 568               |
| INSS sobre folha                     | 68                | 50                |
| FGTS                                 | 127               | 41                |
| IR sobre folha                       | 97                | 98                |
| Vale refeição/transporte             | 798               | 776               |
| Outras obrigações com pessoal        | 55                | 3                 |
| Provisões com pessoal e encargos     | 1.658             | 1.452             |
| Férias                               | 1.280             | 1.203             |
| Encargos sobre férias                | 200               | 201               |
| Participação nos lucros e resultados | <u>178</u>        | <u>48</u>         |
| Total                                | <u>3.599</u>      | <u>2.988</u>      |

## 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

## a) Transações com partes relacionadas a receber

Os preços e condições das transações com partes relacionadas são determinados em acordos estabelecidos entre as partes.

Os principais saldos de transações com partes relacionadas a receber estão detalhados abaixo:

|  | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Contas a receber com partes relacionadas | 1.598             | 3.866             |
| Total                                    | <u>1.598</u>      | <u>3.866</u>      |
| Circulante                               | 1.598             | 3.866             |

b) Transações com partes relacionadas a pagar

Os preços e condições das transações com partes relacionadas são determinados em acordos estabelecidos entre as partes.

Os principais saldos de transações com partes relacionadas a pagar estão detalhados abaixo:

|  | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Contas a pagar com partes relacionadas (a) | 15.180            | 10.959            |
| Mútuos financeiros com partes relacionadas | 31.894            | 27.725            |
| Total                                      | <u>47.074</u>     | <u>38.684</u>     |
| Circulante                                 | 14.622            | 10.402            |
| Não circulante                             | 32.452            | 28.282            |

(a) Valores a pagar com partes relacionadas, referentes a contratos de management fee, royalties.

A movimentação dos mútuos financeiros captados com partes relacionadas é apresentada a seguir:

|               | <u>31/12/2022</u> | <u>Adições</u> | <u>Integralização de Mútuo</u> | <u>Juros incorridos</u> | <u>Juros pagos</u> | <u>Reversão de mútuo</u> | <u>Saldos em 31/12/2023</u> |
|---------------|-------------------|----------------|--------------------------------|-------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------------------|
| Atento Brasil | 27.725            | -              | -                              | 4.168                   | -                  | -                        | 31.893                      |
| Total         | <u>27.725</u>     | <u>-</u>       | <u>-</u>                       | <u>4.168</u>            | <u>-</u>           | <u>-</u>                 | <u>31.893</u>               |
|               | <u>31/12/2021</u> | <u>Adições</u> | <u>Integralização de Mútuo</u> | <u>Juros incorridos</u> | <u>Juros pagos</u> | <u>Reversão de mútuo</u> | <u>Saldos em 31/12/2022</u> |
| Atento Brasil | 14.971            | 18.643         | (9.000)                        | 3.781                   | (671)              | -                        | 27.725                      |
| Total         | <u>14.971</u>     | <u>18.643</u>  | <u>(9.000)</u>                 | <u>3.781</u>            | <u>(671)</u>       | <u>-</u>                 | <u>27.725</u>               |

A abertura dos saldos de transações com partes relacionadas por entidade é apresentada a seguir:

|                              | 31/12/2023   |                 |                 |                     | 31/12/2022   |                 |           |                     |
|------------------------------|--------------|-----------------|-----------------|---------------------|--------------|-----------------|-----------|---------------------|
|                              | Balanco      |                 | Resultado       |                     | Balanco      |                 | Resultado |                     |
|                              | Ativo        | Passivo         | Receitas        | Custos/<br>despesas | Ativo        | Passivo         | Receitas  | Custos/<br>despesas |
| Atento Guatemala (a)         | -            | (54)            | (4)             | 1                   | -            | (57)            | (1)       | 3                   |
| Atento USA (a)               | -            | (414)           | (75)            | 104                 | -            | (385)           | 48        | (19)                |
| Atento Brasil (a) (b)        | 1.598        | (44.439)        | (13.292)        | 4.294               | 3.866        | (36.067)        | (5)       | 4.440               |
| Luxco 1 (a)                  | -            | (581)           | (11)            | 341                 | -            | (251)           | (4)       | 43                  |
| Atento S.A. (a)              | -            | -               | -               | -                   | -            | (282)           | 5         | 19                  |
| Midco (a)                    | -            | -               | -               | -                   | -            | (32)            | (0)       | 1                   |
| Luxco 2 (a)                  | -            | -               | -               | -                   | -            | (1)             | 13        | (13)                |
| Atento Spain Holdco (a)      | -            | (1.586)         | (65)            | 41                  | -            | (1.609)         | (9)       | 13                  |
| Atento Centroamérica S.A (a) | -            | -               | -               | -                   | -            | -               | (3)       | -                   |
| <b>Total</b>                 | <b>1.598</b> | <b>(47.074)</b> | <b>(13.447)</b> | <b>4.783</b>        | <b>3.866</b> | <b>(38.684)</b> | <b>44</b> | <b>4.486</b>        |

(a) Valores a pagar por reembolsos de despesas, management fee, e royalties.

(b) Passivo refere-se principalmente a mútuos financeiros captados com a Atento Brasil S.A. durante o período de 2016 a 2022. As taxas de juros dos contratos variam de 100% do CDI à CDI + 3,75% ao ano e os vencimentos são entre 2023 e 2024. Os respectivos mútuos estão em processo de prorrogação de vencimento para 2027, conforme divulgado na nota explicativa de eventos subsequentes.

#### Remuneração do pessoal-chave

Em 31 de dezembro de 2023 a remuneração do pessoal-chave da administração totalizou R\$575 (R\$498 em 31 de dezembro de 2022) registrados no grupo de despesas administrativas. O valor de 2023 contempla despesas referente a desligamentos de executivos chaves da administração.

#### 14. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores e análise das demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

A tabela a seguir demonstra a composição das provisões por natureza:

|              | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------|-------------------|-------------------|
| Trabalhistas | 38                | 43                |
| Cíveis       | 78                | 6                 |
| <b>Total</b> | <b>116</b>        | <b>49</b>         |

Movimentações

|                                 | <u>Trabalhistas</u> | <u>Cíveis</u> | <u>Total</u> |
|---------------------------------|---------------------|---------------|--------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 94                  | 38            | 132          |
| Adições                         | 274                 | 19            | 293          |
| Atualização monetária           | 18                  | 8             | 26           |
| Reversões                       | (1)                 | (25)          | (26)         |
| Pagamentos                      | (342)               | (34)          | (376)        |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | <u>43</u>           | <u>6</u>      | <u>49</u>    |
| Adições                         | 350                 | 88            | 438          |
| Atualização monetária           | 114                 | 10            | 124          |
| Pagamentos                      | (469)               | (26)          | (495)        |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | <u>38</u>           | <u>78</u>     | <u>116</u>   |

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia esteve envolvida em 4 processos de natureza trabalhista com probabilidade de perda considerada provável (8 em 31 de dezembro de 2022) relativas a causas consideradas similares e usuais, movidas por funcionários ou ex-funcionários, que totalizam o montante de R\$38 (R\$43 em 31 de dezembro de 2022).

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é polo passivo de processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, com probabilidade de perda possível conforme demonstrado a seguir:

|              | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------|-------------------|-------------------|
| Trabalhistas | 880               | 276               |
| Tributárias  | 3.715             | 3.301             |
| Cíveis       | 159               | 104               |

O valor de contingência possível de natureza tributária refere-se principalmente a processo municipal que trata de recolhimentos de ISS.

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

Em 15 de fevereiro de 2022, a controladora Atento Brasil S.A. realizou aporte de capital no valor de R\$9.032 representado por 9.032.620 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, através de integralização de mútuo celebrados entre a Companhia (devedora) e a Atento (credora).

Em 18 de agosto de 2022, a controladora Atento Brasil S.A. realizou aporte de capital no valor de R\$1.570 representado por 1.569.920 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, através de integralização na presente data, em moeda corrente.

Em 30 de setembro de 2022, a controladora Atento Brasil S.A. realizou aporte de capital no valor de R\$2.200 representado por 2.200.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, através de integralização na presente data, em moeda corrente.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$51.121 (R\$51.121 em 31 de dezembro de 2022, totalmente subscrito e integralizado, representado por 51.121.475 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em nome da Atento Brasil S.A.

b) Reserva Legal e Dividendos

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deverá deduzir do lucro apurado, um percentual de 5% para a constituição da reserva legal, sendo que o percentual a ser distribuído como dividendos aos acionistas deverá ser aprovado pela Assembleia Geral, observando o mínimo de 25% dos dividendos obrigatórios. Nos termos do artigo 202, parágrafo 3º, inciso II, item da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Sociedades Anônimas), a Assembleia Geral deverá pronunciar-se sobre a distribuição ou não dos dividendos. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve constituição de reserva legal, e de distribuição de dividendos, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

|                             | <u>31/12/2023</u>    | <u>31/12/2022</u>    |
|-----------------------------|----------------------|----------------------|
| Receita operacional bruta   | 35.468               | 24.287               |
| Total das deduções          | <u>(4.032)</u>       | <u>(2.785)</u>       |
| ISS                         | (1.773)              | (1.214)              |
| PIS e COFINS                | (1.202)              | (842)                |
| INSS                        | (1.057)              | (729)                |
| Receita operacional líquida | <u><u>31.436</u></u> | <u><u>21.502</u></u> |

17. COMPOSIÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS

|  | <u>31/12/2022</u>      | <u>31/12/2022</u>      |
|--|------------------------|------------------------|
| Depreciação e amortização                        | (3.203)                | (3.723)                |
| Pessoal  | (23.644)               | (22.911)               |
| Provisão para demandas judiciais                 | (57)                   | 64                     |
| Despesas com ocupação                            | (12)                   | (6)                    |
| Despesas com marketing                           | (11)                   | (29)                   |
| Despesas com telecomunicação                     | (1.611)                | (2.387)                |
| Arrendamento mercantil                           | (4.174)                | (4.586)                |
| Serviços de terceiros                            | (3.116)                | (5.238)                |
| Perda estimada para perdas de créditos esperadas | -                      | 30                     |
| Acordos e execuções trabalhistas                 | (506)                  | (745)                  |
| Taxas federais, estaduais e municipais           | (1)                    | (4)                    |
| Outros   | (46)                   | (320)                  |
| Total  | <u><u>(36.381)</u></u> | <u><u>(39.855)</u></u> |
| Custo dos serviços prestados                     | (34.614)               | (36.799)               |
| Gerais e administrativas                         | <u>(1.767)</u>         | <u>(3.056)</u>         |
| Total  | <u><u>(36.381)</u></u> | <u><u>(39.855)</u></u> |

## 18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

|  | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Despesas com serviços compartilhados                 | (638)             | (421)             |
| Perda na venda de imobilizado                        | -                 | (466)             |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (b) | (9.204)           | -                 |
| Outras (a)   | 296               | (8.271)           |
| Total  | <u>(9.842)</u>    | <u>(9.158)</u>    |

(a) Em 2022, refere-se basicamente a pagamento de acordo de indenização aos ex-controladores da R Brasil.

(b) A Administração avaliou os fluxos de caixa futuros relacionados aos ativos da Companhia e, com base nessa avaliação, constatou que o valor contábil dos ativos de imobilizado, direito de uso e intangíveis era superior ao seu valor recuperável em 31 de dezembro de 2023. Em decorrência disso, foi reconhecido um ajuste de perda por impairment no montante total de R\$9.500,00, o qual foi registrado na rubrica de “Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas” nas Demonstrações do Resultado do exercício. Esse ajuste reflete a adequação do valor contábil dos ativos ao seu valor recuperável, conforme as normas contábeis aplicáveis.

## 19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

|  | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Receitas financeiras                     | 429               | 1.217             |
| Receitas de aplicações financeiras       | 70                | 274               |
| Juros ativos                             | 159               | 782               |
| Variações monetárias/cambiais ativas     | 200               | 161               |
| Despesas financeiras                     | (6.580)           | (6.271)           |
| Juros passivos                           | (652)             | -                 |
| Despesas com operações financeiras       | (33)              | (67)              |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (4.168)           | (3.781)           |
| Despesa de Juros - IFRS 16               | (1.713)           | (2.040)           |
| Outras despesas financeiras              | (14)              | (383)             |
|  | <u>(6.151)</u>    | <u>(5.054)</u>    |

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

## a) Imposto de renda corrente

A Companhia provisiona as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas de antecipação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro são contabilizadas na conta de “Impostos a recuperar”.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

A tabela a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

|   | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Prejuízo antes dos impostos                           | (20.938)          | (32.565)          |
| <u>Contribuição social - 9%</u>                       |                   |                   |
| Despesa referente à contribuição social sobre o Lucro | 1.884             | 2.931             |
| Diferido ativo não contabilizado                      | (1.884)           | (2.680)           |
| Despesa de CSLL na demonstração de resultado          | -                 | 251               |
| <u>Imposto de renda - 25%</u>                         |                   |                   |
| Despesa referente ao imposto de renda                 | 5.234             | 8.141             |
| Diferido ativo não contabilizado                      | (5.234)           | (7.445)           |
| Despesa de IRPJ na demonstração de resultado          | -                 | 696               |
| Total geral (IRPJ e CSLL)                             | -                 | 947               |
| Imposto de renda e contribuição social corrente       | -                 | -                 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido       | -                 | 947               |
| Alíquota efetiva                                      | <u>0%</u>         | <u>-3%</u>        |

## b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos estão compostos da seguinte forma:

|                                 | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Amortização Intangível          | (105)             | (105)             |
| Total imposto de renda diferido | <u>(105)</u>      | <u>(105)</u>      |

## c) A movimentação do imposto de renda diferido segue abaixo:

|                           | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo Inicial             | (105)             | (1.052)           |
| Adição/(Baixa)            | -                 | -                 |
| Amortização de intangível | -                 | 947               |
| Total                     | <u>(105)</u>      | <u>(105)</u>      |

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar os lucros. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode receber aportes, entre outros.

## Gerenciamento de riscos financeiros

### *Visão geral*

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

### *Risco de crédito*

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes.

A fim de minimizar tal risco, a Companhia adotou política de negociar apenas com contrapartes que possuem capacidade de crédito, e efetua análises de crédito para determinar a exposição de risco para seus novos clientes, assim como análises de crédito periódicas para fins de gestão dos riscos.

Vale ressaltar que o risco de crédito exposto nessa nota explicativa não possui relação com o risco de inadimplência que as contrapartes dos acordos firmados podem oferecer. O respectivo risco é considerado no momento do cálculo da receita, através da aplicação da taxa de quebra, definida com base na quantidade de quebras de acordos dos últimos anos. Portanto, a receita e o contas a receber respectivamente são reconhecidos com base na expectativa de realização.

O valor de contas a receber líquido em 31 de dezembro de 2023 é R\$10.672 (R\$8.934 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras. A Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha, e aplica tais recursos em instrumentos com prazos de vencimento variáveis, porém, resgatáveis a qualquer momento, portanto, com baixo risco de variações e perdas.

### *Risco de liquidez*

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização e liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios, nesse sentido, a Administração vem atuando intensamente no processo de alongamento do prazo médio da sua dívida com partes relacionadas, buscando sempre a preservação da liquidez, rentabilidade e o aumento da geração de caixa.

Em 31 de dezembro a Empresa apresenta capital circulante líquido negativo de R\$9.144 (R\$6.068 em 31 de dezembro de 2022).

Adicionalmente, os controladores diretos e indiretos se comprometem em realizar aportes financeiros caso seja necessário.

#### *Risco de taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário.

Para reduzir a exposição a taxa de juros variável local, a Companhia investe o excesso de disponibilidade, em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$1.515 (R\$2.101 em 31 de dezembro de 2022), em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) e Compromissadas de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis no curto prazo.

#### Premissas

| <u>Indexador</u> | <u>Contábil</u> | <u>Cenário Provável</u> | <u>Deterioração 25%</u> | <u>Deterioração 50%</u> |
|------------------|-----------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Selic - Passivo  | 11,75%          | 10,75%                  | 13,44%                  | 16,13%                  |
| Selic - Ativo    | 11,75%          | 10,75%                  | 13,44%                  | 16,13%                  |

#### Análise de sensibilidade Controladora e Consolidado

| <u>Operação</u>        | <u>Risco</u>  | <u>Contábil</u> | <u>Provável</u> | <u>Deterioração 25%</u> | <u>Deterioração 50%</u> |
|------------------------|---|-----------------|-----------------|-------------------------|-------------------------|
| Mútuos financeiros     | Dívida (risco de perda em função do aumento do CDI)           | 31.894          | 31.609          | 32.376                  | 33.143                  |
| Aplicações financeiras | Ativos (risco de redução de ganhos em função de queda do CDI) | 1.515           | 1.501           | 1.538                   | 1.574                   |

#### Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

|  | 31/12/2023                               |                         |  |                             |                          |
|--|--|-------------------------|--|-----------------------------|--------------------------|
|  | <u>Valor justo por meio do resultado</u> | <u>Custo amortizado</u> | <u>Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado</u> | <u>Total Valor Contábil</u> | <u>Total Valor Justo</u> |
| Ativos financeiros                                 |  |                         |  |                             |                          |
| Circulante   |  |                         |  |                             |                          |
| Caixa e equivalentes a caixa (nota 4)              | -  | 1.634                   | -  | 1.634                       | 1.634                    |
| Contas a receber de serviços, líquidas (nota 5)    | -  | 7.847                   | -  | 7.847                       | 7.847                    |
| Contas a receber com partes relacionadas (nota 13) | -  | 1.598                   | -  | 1.598                       | 1.598                    |
| Não Circulante                                     |  |                         |  |                             |                          |
| Contas a receber de serviços, líquidas (nota 5)    | -  | 2.825                   | -  | 2.825                       | 2.825                    |
| Total de ativos financeiros                        | -  | 13.895                  | -  | 13.895                      | 13.895                   |

|  | 31/12/2023                        |                  |   |                      |                   |
|--|-----------------------------------|------------------|---|----------------------|-------------------|
|  | Valor justo por meio do resultado | Custo amortizado | Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado | Total Valor Contábil | Total Valor Justo |
| Passivos financeiros                             |                                   |                  |   |                      |                   |
| Circulante                                       |                                   |                  |   |                      |                   |
| Fornecedores                                     | -                                 | 2.125            | -   | 2.125                | 2.125             |
| Passivo de arrendamento (nota 9)                 | -                                 | 2.150            | -   | 2.150                | 2.150             |
| Contas a pagar com partes relacionadas (nota 13) | -                                 | 14.622           | -   | 14.622               | 14.622            |
| Não Circulante                                   |                                   |                  |   |                      |                   |
| Passivo de arrendamento (nota 9)                 | -                                 | 8.221            | -   | 8.221                | 8.221             |
| Contas a pagar com partes relacionadas (nota 13) | -                                 | 558              | -   | 588                  | 558               |
| Empréstimo com parte relacionada (nota 13)       | -                                 | 31.894           | -   | 31.894               | 31.894            |
| Total de passivos financeiros                    | -                                 | 59.570           | -   | 59.570               | 59.570            |

### Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes à conta corrente e aplicações financeiras.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo nível 3 e nível 2.

## 22. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

|  | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------------|------------|
| Adição/Baixa de contratos direito de uso       | -          | 2.222      |
| Aumento de capital via integralização de mútuo | -          | 9.000      |

## 23. SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros, que abrange as modalidades de responsabilidade civil geral, lucros cessantes e riscos operacionais, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e sob a orientação de consultores de seguros.

| Modalidade  | Importância segurada |            |
|---|----------------------|------------|
|   | 31/12/2023           | 31/12/2022 |
| Riscos operacionais                                 | 5.122                | 2.413      |
| Lucros cessantes                                    | 5.539                | 2.494      |
| Responsabilidade civil - geral                      | 150                  | 484        |
| Responsabilidade civil - riscos diversos            | 11                   | 36         |
| Responsabilidade civil - responsabilidade diretores | 59                   | 253        |
| Responsabilidade civil EPL Práticas Trabalhistas    | 78                   | 262        |
| Responsabilidade Cibernética (Cyber)                | 16                   | 8          |
| Garantia Recursal                                   | 27                   | 77         |
| Garantia Trabalhista                                | 75                   | -          |

## 24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Relativo ao mútuo entre R Brasil e Atento Brasil, a operação está em processo de formalização de aditamento, mantendo as condições de operação original, com taxa de juros equivalentes a 100% da CDI, e com prazo de prorrogação do vencimento previsto para 2027.